



Associação da Juventude Tecnológica

PROGRAMA DE INTEGRIDADE

ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE TECNOLÓGICA – AJT

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O presente Manual de Integridade estabelece a estrutura, os mecanismos e os procedimentos de prevenção, detecção e resposta a riscos de integridade da AJT.

Art. 2º Este Manual complementa o Estatuto Social, o Regimento Interno e o Código de Conduta, atendendo às disposições da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto nº 11.129/2022.

CAPÍTULO II – COMPROMETIMENTO DA ALTA DIREÇÃO

Art. 3º O Conselho Diretor assegurará:

- I – o exemplo de liderança ética (“tone at the top”);
- II – a alocação de recursos humanos e financeiros para execução deste Manual;
- III – a revisão periódica das políticas de integridade;
- IV – a prestação de contas à Assembleia Geral sobre a efetividade do Programa de Integridade.

CAPÍTULO III – GOVERNANÇA DA INTEGRIDADE

Art. 4º Caberá ao Conselho Diretor coordenar a implementação das políticas de integridade da AJT.

Art. 5º Caberá ao Conselho Fiscal supervisionar a execução deste Manual, avaliando a conformidade das práticas e emitindo recomendações ou determinações corretivas à Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV – CÓDIGO DE CONDUTA E POLÍTICAS ESPECÍFICAS

Art. 6º O Código de Conduta da AJT constitui o documento central do Programa de Integridade, complementado por políticas específicas:

- I – Política de Conflitos de Interesse;
- II – Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades;
- III – Política de Reembolso e Alçadas Financeiras;
- IV – Política de Proteção de Dados (LGPD).

CAPÍTULO V – AVALIAÇÃO DE RISCOS

Art. 7º O Conselho Diretor elaborará anualmente uma Matriz de Riscos de Integridade, identificando e classificando riscos de corrupção, fraude, conflito de interesse, uso indevido de recursos e tratamento inadequado de dados pessoais.

Art. 8º Os riscos identificados deverão ser acompanhados por planos de mitigação, que serão submetidos ao Conselho Fiscal e aprovados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI – TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO

Art. 9º A AJT promoverá treinamentos anuais obrigatórios em ética, integridade e LGPD para todos os dirigentes e colaboradores, presenciais ou virtuais.

Art. 10. O ingresso de novos associados, voluntários e estagiários dependerá da assinatura do Termo de Adesão ao Código de Conduta e da participação em módulo introdutório de ética.

CAPÍTULO VII – CANAL DE DENÚNCIAS E INVESTIGAÇÃO

Art. 11. A AJT manterá canal de denúncias permanente, independente, sigiloso e acessível no portal eletrônico.

Art. 12. Compete ao Conselho Diretor:

- I – receber e registrar denúncias;
- II – realizar triagem inicial em até 5 (cinco) dias;
- III – instruir processo de investigação, respeitado o contraditório e a ampla defesa;
- IV – encaminhar relatório conclusivo ao Conselho Fiscal para deliberação final.

Art. 13. É vedada qualquer forma de retaliação contra denunciante de boa-fé.

CAPÍTULO VIII – DUE DILIGENCE DE TERCEIROS

Art. 14. Antes da celebração de contratos, convênios ou parcerias, a AJT realizará procedimento de verificação de integridade (“due diligence”), que incluirá:

- I – análise de CNPJ, regularidade fiscal e trabalhista;
- II – pesquisa em listas de sanções nacionais e internacionais;
- III – avaliação de histórico de integridade e reputação.

Art. 15. Relatórios de due diligence serão arquivados por no mínimo 10 (dez) anos.

CAPÍTULO IX – MONITORAMENTO E AUDITORIA

Art. 16. O Conselho Diretor elaborará relatório anual de integridade, submetendo-o ao Conselho Fiscal e publicando-o no portal da AJT.

Art. 17. Quando a receita anual superar R\$ 2.400.000,00, será obrigatória a contratação de auditoria externa independente, que avaliará também a efetividade do Programa de Integridade.

CAPÍTULO X – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Art. 18. Violações ao Código de Conduta ou ao presente Manual ensejarão a abertura de processo disciplinar, que seguirá as etapas:

- I – instauração formal pelo Conselho Diretor ou Fiscal;
- II – comunicação ao acusado com prazo de 10 (dez) dias para defesa escrita;
- III – audiência de instrução, se necessária, em até 20 (vinte) dias;
- IV – relatório conclusivo elaborado pelo Conselho Diretor;
- V – decisão do Conselho Fiscal, com recurso à Assembleia Geral em 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O Manual de Integridade será revisado a cada 2 (dois) anos ou sempre que necessário.

Art. 20. Todos os dirigentes, associados e colaboradores da AJT devem assinar Termo de Ciência e Adesão a este Manual.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O Manual de Integridade será revisado a cada 2 (dois) anos ou sempre que necessário.

Art. 20. Todos os dirigentes, associados e colaboradores da AJT devem assinar Termo de Ciência e Adesão a este Manual.